



# **RELATÓRIO ORIENTATIVO SOBRE A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DOS PLANOS DE AÇÃO TERRITORIAIS**

## **PARTE I**

Ribeirão Preto, 10 de janeiro de 2020

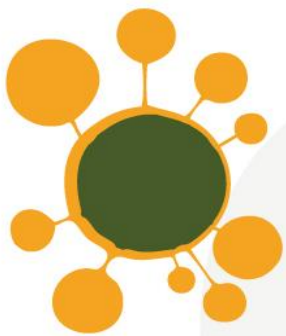
Versão Interna

*Produto elaborado no âmbito do Projeto Pró-Espécies*



**EcoSustentare**  
Consultoria e Assessoria Organizacional

(16) 3878-1378 / (16) 8118-9252 / (11) 8271-7207  
ecosustentare@gmail.com



## SUMÁRIO

Apresentação .....	03
Sumário Executivo.....	05
Parte I	
1. Introdução.....	09
2. Objetivo.....	09
3. Metodologia.....	10
4. Sustentabilidade Financeira: fundamentação conceitual e teórica.....	12

### Parte II



**EcoSustentare**  
Consultoria e Assessoria Organizacional

(16) 3878-1378 / (16) 8118-9252 / (11) 8271-7207  
ecosustentare@gmail.com



## APRESENTAÇÃO

O Programa Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção – Pró-Espécies, instituído pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio da Portaria nº43, de 31 de janeiro de 2014, desenvolvido conjuntamente com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ), tem por objetivo reduzir as ameaças e o risco de extinção de espécies por meio da adoção de ações de prevenção, conservação, manejo e gestão. Destaca-se que o objeto do Programa está alinhado com a Meta 12 da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB): “em 2020 a extinção de espécies ameaçadas conhecidas terá sido evitada e sua situação de conservação, em especial daquelas de maior declínio, terá sido melhorada e sustentada”. Estabelecida durante a ECO-92, a CDB é um tratado internacional multilateral que trata da proteção e do uso da biodiversidade, assinada por cerca de 170 países, é um importante instrumento voltado ao meio ambiente. (Fonte: <http://www.mma.gov.br>)

A implementação do Programa é viabilizada pelo Projeto Pró–Espécies: Todos contra a extinção, de acordo com a Portaria nº 444, de 26 de novembro de 2018, desenvolvido pelo MMA, agências vinculadas e organizações parceiras. O Projeto prevê o desenvolvimento de estratégias de conservação, com o apoio de 13 estados (AM, BA, ES, GO, MA, MG, PA, PR, RJ, RS, SC, SP e TO), em 24 territórios com a expectativa de implementar medidas de proteção para, pelo menos, 290 espécies categorizadas como Criticamente em Perigo (CR) até 2022.

A coordenação geral do Projeto está sob a alçada do MMA (Departamento de Conservação e Manejo de Espécies/Secretaria de Biodiversidade), a implementação sob a alçada do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), como agência executora apresenta-se o WWF-Brasil.



(16) 3878-1378 / (16) 8118-9252 / (11) 8271-7207  
ecosustentare@gmail.com



Entre os principais parceiros destacam-se o ICMBio, o JBRJ, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMAs).

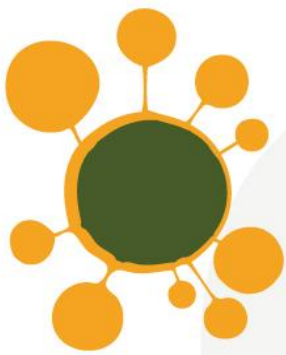
Para mitigar o desafio da efetividade na realização desse projeto, em função de sua vasta abrangência nacional, a abordagem territorial tem se mostrado um eficaz instrumento de conservação. Com recortes menores, mas que abordam todas as espécies ameaçadas num mesmo território, a elaboração e implementação de Planos de Ação Territoriais para a Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção (PATs) possibilita o atingimento de melhores resultados com otimização de recursos e maior eficácia na realização.

A elaboração e implementação dos planos territoriais é coordenada pelos órgãos estaduais de meio ambiente com apoio técnico e financeiro do Projeto Pró-Espécies e realizada por meio de parcerias com diferentes agentes da sociedade civil (pesquisadores, organizações sem fins lucrativos, entre outros).

**Nesse contexto**, esse Relatório visa contribuir com o grande desafio da sustentabilidade financeira dos PATs fornecendo orientações técnicas e recomendações, apresentando a composição do orçamento disponível e potencial, além de mecanismos que possam auxiliar na captação de recursos para sua gestão.



(16) 3878-1378 / (16) 8118-9252 / (11) 8271-7207  
ecosustentare@gmail.com



## SUMÁRIO EXECUTIVO

Um dos fatores considerados mais importantes para a saúde e preservação da vida no planeta Terra é a conservação da biodiversidade. Definida pela CDB durante a Rio 92, significa "a variabilidade de organismos vivos de todas as origens; compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas".

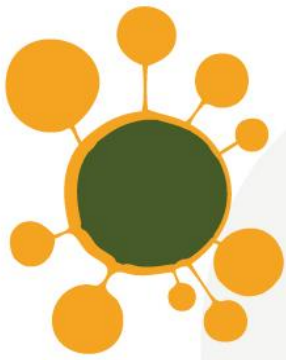
A crescente ameaça da diversidade biológica ou, em outras palavras, o risco de desaparecimento de espécies da fauna e da flora e o substancial aumento da perda de processos ecológicos resulta no desequilíbrio dos ecossistemas, afetando diretamente a qualidade da vida humana na Terra.

Os principais fatores dessa ameaça estão relacionados à própria ação humana, tais como a destruição de habitats resultantes do desmatamento para o extrativismo ou substituição de florestas por monoculturas, áreas de pastagem e urbanização, além da poluição e mudanças climáticas.

No Brasil, que concentra a maior riqueza de biodiversidade do mundo, há 3.286 espécies oficialmente avaliadas como ameaçadas de extinção, conforme a Lista Nacional Oficial de Espécies Ameaçadas de Extinção, divulgada pelo MMA (Portarias nº 443, 444 e 445). Os dados sobre a fauna são resultantes de um trabalho de avaliação realizado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) que avaliou, entre 2010 e 2014, 12.256 espécies, e os dados sobre a flora resultam de avaliação realizada em 2013 pelo Centro Nacional de Conservação da Flora do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (CNCFlora/JBRJ) (Fonte: <http://www.mma.gov.br> e <http://www/icmbio.gov.br>).



(16) 3878-1378 / (16) 8118-9252 / (11) 8271-7207  
ecosustentare@gmail.com



Visando reduzir os impactos causados pelas extinções de espécies do bioma nacional, os Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção (PANs) têm sido importantes e eficientes instrumentos de conservação com a priorização de ações de curto e médio prazo podendo abranger atividades de pesquisa, educação ambiental, propostas de regulamentação, entre outras que.

Desde 2004 diferentes abordagens e metodologias de implementação de PANs vem sendo realizadas, no entanto, a partir de 2009 institui-se a abordagem territorial que inclui as espécies ameaçadas (fauna e flora) dentro do mesmo território. Este modelo tem se mostrado bastante eficaz, pois os recortes menores permitem maior otimização de recursos além de facilitar a elaboração de ações mais compatíveis à realidade local, considerando seus aspectos socioeconômicos.

Mais um grande avanço na luta contra a extinção é o Projeto Pró- Espécies: Todos contra a extinção, lançado em 2017 pelo MMA. Priorizando a integração entre União e Estados na implementação de políticas públicas com características territoriais de atuação, o projeto tem como objetivo reduzir as ameaças e riscos de extinção por meio da implementação de ações de prevenção, conservação, manejo e gestão até 2022. As ações poderão ser implementadas por meio de Planos de Ação Territoriais (PATs) a serem coordenados pelos órgãos estaduais de meio ambiente e construídos com a participação de diferentes agentes da sociedade civil.

A caminho do 3º. ano de realização, o Projeto conta, até o momento, com apenas 01 Plano de Ação Territorial publicado, o PAT Planalto Sul, aprovado pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA/SC) e publicado pela Portaria nº 260 de 10 de dezembro de 2019, estabelece ações prioritárias para 20 espécies ameaçadas (fauna e flora).



(16) 3878-1378 / (16) 8118-9252 / (11) 8271-7207  
ecosustentare@gmail.com



A coordenação do PAT ocorrerá pela Gerência de Biodiversidade e Florestas do IMA/SC em conjunto com o Departamento de Biodiversidade da Secretaria de Meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul (SEMA/RS).

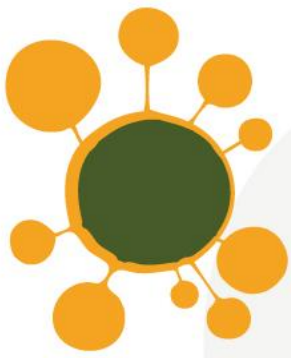
Até julho desse ano espera-se a elaboração de mais 08 PATs, todos com Termo de Cooperação assinados, a saber:

- PAT Cerrado Tocantins (TO)
- PAT Caatinga Mucugê (BA)
- PAT Centro de Minas (MG)
- PAT São Paulo, Paraná (SP/PR)
- PAT Meio Norte (PA, MA, TO)
- PAT Pampa Bagé (RS)
- PAT Manaus (AM)
- PAT Vitória do Xingu (PA)

Possivelmente até o final do ano outros 03 devam entrar na lista: território de São Paulo, Goiás e Espírito Santo.



(16) 3878-1378 / (16) 8118-9252 / (11) 8271-7207  
ecosustentare@gmail.com



Apesar de receber apoio técnico e financeiro do Projeto Pró-Espécies, os PATs enfrentam o desafio da sustentabilidade financeira uma vez que os recursos disponibilizados pelo projeto não cobrem 100% das ações a serem implementadas. Além disso, o projeto tem apenas mais 02 anos de duração enquanto os PATs ainda estão em fase inicial e de elaboração e podem apresentar prazos de implementação **de até 05 anos**.

Considerando que a manutenção e perpetuação de qualquer plano de ação depende fortemente de sua sustentabilidade financeira para que as ações possam ser realizadas a contento, de modo a atingir os objetivos propostos, e que o planejamento e boas ferramentas de controle são a base para a sustentabilidade, algumas perguntas surgem como prioritárias para o sucesso na implementação efetiva dos PATs, tais como:

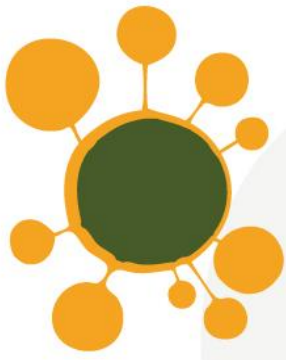
Qual montante total, em média, é necessário para implementar ações efetivas que gerem os resultados esperados? Quais ações devem ser priorizadas e como o orçamento de cada PAT pode ser otimizado? Quais são ou poderiam ser as outras fontes de recursos disponíveis além do Projeto Pró-Espécies? Quão acessíveis são os possíveis recursos disponíveis? Como os recursos financeiros, administrativos e técnicos são geridos? Quais controles são mandatórios para uma gestão eficaz dos planos de ação? Os colaboradores dos órgãos estaduais terão condições suficientes para realizar a coordenação e monitoria, conciliando-as com suas outras demandas de trabalho? Quais arranjos de governança poderiam ser mais eficazes?



**EcoSustentare**  
Consultoria e Assessoria Organizacional

(16) 3878-1378 / (16) 8118-9252 / (11) 8271-7207  
ecosustentare@gmail.com





## PARTE I

### 1. Introdução

Por meio de levantamento e análise de dados referentes aos **planos de ação do Projeto Pró-Espécies**, esse estudo está direcionado a gerar informações pertinentes à sustentabilidade financeira e continuidade dos planos de ação até sua efetiva finalização.

O resultado desse estudo será a composição de uma série de orientações técnicas em prol da sustentabilidade dos **planos de ação**, incluindo a composição dos recursos necessários e disponíveis, recomendação de melhores práticas para captação, otimização de custos e orçamentos e sugestões de arranjos de gestão que sejam mais eficientes e eficazes de modo a assegurar maior efetividade do atingimento das metas propostas revertendo positivamente o atual cenário de espécies ameaçadas de extinção.

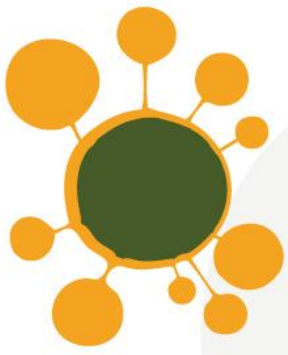
### 2. Objetivo

Como principais objetivos desse estudo, destacam-se:

- Identificar fontes de recursos potenciais em nível nacional ou internacional, preferencialmente alinhadas aos principais tipos de ações definidas nos planos de ação territoriais, bem como avaliar a acessibilidade e efetividade desses recursos para a implementação das ações previstas nos PATs;
- Avaliar como os recursos do Projeto serão utilizados pelos PATs;
- Realizar levantamento do custo médio de PANs existentes com características de abrangência mais regional ou com menores recortes de atuação, de modo a servir de parâmetro para a composição de custos dos PATs em elaboração;



(16) 3878-1378 / (16) 8118-9252 / (11) 8271-7207  
ecosustentare@gmail.com



- Realizar levantamento dos principais tipos de ações inseridos nos planos para elencar aqueles que demandam maior volume de recursos;
- Avaliar os atuais mecanismos de governança e gestão dos PATs e propor recomendações de melhorias, se cabível, para torná-la mais eficaz

### 3. Metodologia

Para o levantamento de custos médios serão analisados alguns PANs de recortes mais territoriais implementados pelo ICMBio e JBRJ como referência para os futuros PATs. A lista de alguns PANs sugeridos pelo MMA encontra-se na **Tabela1** abaixo. Também será analisado o PAT Planalto Sul (IMA/SC) publicado pela Portaria nº 260 de 10 de dezembro de 2019.

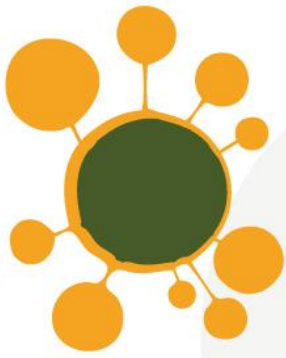
Serão levantadas as quantidades de **espécie** para cada uma das 12 áreas territoriais. Adicionalmente serão levantados os recursos do Projeto Pró-Espécies já utilizados e comprometido para análise da continuidade e abrangência, enfatizando a necessidade de recursos a serem captados para implementação integral dos PATs.

Para o levantamento de fontes de recursos serão realizadas pesquisas a diversos agentes dos setores público e privado, tais como programas governamentais, emendas parlamentares, fundos públicos e estaduais (FNMA, FNDF, FDD etc), fundos e fundações privadas (Funbio, Fundação Boticário, Instituto Ekos, Fundação SOS Mata Atlântica, entre outros)



**EcoSustentare**  
Consultoria e Assessoria Organizacional

(16) 3878-1378 / (16) 8118-9252 / (11) 8271-7207  
ecosustentare@gmail.com



Em seguida todos os dados coletados serão analisados a fim de prover informações pertinentes à sustentabilidade financeira e continuidade dos planos, compondo montante de recursos necessários, disponíveis e principais fontes de captação, bem como melhores arranjos para implementação e gestão dos PATs.

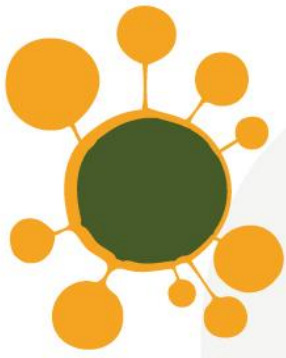
Como resultado será elaborado um relatório com recomendações práticas e orientativas para o direcionamento em prol da sustentabilidade financeira e continuidade dos planos ação de modo a promover o atingimento das metas e objetivos definidos no Projeto Pró-Espécies.

**TABELA 1: PANs sugeridos para análise**

PAN	Coordenado por	Instituído pela Portaria n°
Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Sistemas Lacustres e Lagunares do Sul do Brasil - <b>PAN Lagoas do Sul</b>	ICMBio	751/2018
Plano de Ação Nacional para a Conservação de Espécies de Peixes Ameaçados de Extinção da Amazônia - <b>PAN Peixes Amazônicos</b>	ICMBio	374/2019
Plano de Ação Nacional para a Conservação das Aves da Mata Atlântica - <b>PAN Aves da Mata Atlântica</b>	ICMBio	208/2018
Plano de Ação Nacional para a Conservação da Flora Ameaçada de Extinção da Serra do Espinhaço Meridional - <b>PAN Serra do Espinhaço Meridional</b>	JBRJ	92/2018
Plano de Ação Nacional para a Conservação da Flora Endêmica Ameaçada de Extinção do Estado do Rio de Janeiro - <b>PAN Endêmicos do Rio de Janeiro</b>	JBRJ	Resolução SEAS n° 21/2019
Plano de Ação Nacional para a Conservação da Flora Ameaçada de Extinção da Região de Grão Mogol Francisco de Sá - <b>PAN Grão Mogol Francisco de Sá</b>	JBRJ	90/2018



(16) 3878-1378 / (16) 8118-9252 / (11) 8271-7207  
ecosustentare@gmail.com



#### **4. Sustentabilidade Financeira: fundamentação conceitual e teórica**

Sustentabilidade financeira, de modo bastante sucinto, significa usar recursos de forma racional, otimizando gastos a fim de obter resultado positivo entre entradas e saídas de recursos, mantendo um equilíbrio ao longo do tempo que permita a perpetuação do negócio, seja ele qual for.

Nos negócios corporativos o principal objetivo da sustentabilidade financeira é a geração de lucro, que nada mais é que o resultado superavitário entre as despesas/custos (saídas de recursos) e as receitas (entradas de recursos). Mesmo sendo o lucro o objetivo principal não é o único objetivo da sustentabilidade financeira para esse tipo de negócio, onde podemos destacar, não com menor importância: elevação da competitividade, melhoria da imagem, valorização de ações, potencial de crescimento, entre outros.

Nas finanças pessoais o termo sustentabilidade financeira é mais conhecido como independência financeira e também visa o equilíbrio entre saídas e entradas de recursos de modo a permitir boa qualidade de vida livre de endividamentos e com possibilidade de crescimento pessoal que não necessariamente implica apenas em acúmulo de recursos monetários.

Em negócios sem fins lucrativos, tais como Organizações Não Governamentais (ONGs), a sustentabilidade financeira também é fator crucial para a perenidade do negócio de modo saudável para que as ações propostas sejam realizadas e efetivas, atingindo os objetivos a que se propuseram atingir.



**EcoSustentare**  
Consultoria e Assessoria Organizacional

(16) 3878-1378 / (16) 8118-9252 / (11) 8271-7207  
ecosustentare@gmail.com



Em se tratando de projetos públicos, muito embora, conceitualmente, a sustentabilidade financeira continue significando a manutenção do equilíbrio entre receitas (entradas) e despesas (saídas) de modo a permitir a perpetuação ao longo do tempo, e, principalmente, tendo em vista que **a luta contra a extinção da biodiversidade nada mais é que uma política pública**, cabe destacar algumas características peculiares das finanças públicas.

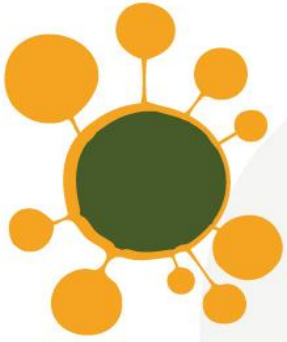
Nas finanças públicas cabe ao governo gerir as entradas e saídas de recursos para equilibrar receitas e gastos, por meio de uma política orçamentária, garantindo a implementação de políticas públicas que, de modo geral, visem o bem-estar da população. Destaca-se que as receitas públicas, em geral, são provenientes de arrecadações fiscais e os gastos públicos resultam do conjunto de ações feitas por órgãos públicos para custear serviços de utilidade pública.

A cada quatro anos é definida uma proposta orçamentária denominada Plano Plurianual (PPA) que estipula metas e objetivos para a distribuição de recursos financeiros. Com base no PPA a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) cria, anualmente, o Orçamento Geral da União. Cabe ao Poder Executivo e ao Tribunal de Contas da União (TCU) a fiscalização do PPA e ao Ministério do Planejamento e Orçamento (MPOG) a avaliação.

Desse modo, para que qualquer política pública seja implementada a contendo é importante que os gastos públicos estejam de acordo com as regras fiscais e que sigam os procedimentos regidos pelo PPA e LDO (prazos, condições e restrições). Importante ressaltar que o fato de gastos públicos estarem contemplados nesses instrumentos reguladores não significa necessariamente que serão realizados, pois a execução não depende apenas de aprovação, mas sim da real disponibilidade dos recursos financeiros necessários, ou seja, deve haver dinheiro em caixa. (Fonte: <https://www.portal.tcu.gov.br>; <https://www.cgu.gov.br>)



(16) 3878-1378 / (16) 8118-9252 / (11) 8271-7207  
ecosustentare@gmail.com



Assim, sustentabilidade financeira visa manter a longevidade em qualquer tipo de negócio, utilizando os recursos disponíveis de modo a atender as necessidades presentes sem, contudo, comprometer as necessidades futuras.

Parece óbvio, no entanto nem sempre a prática torna o resultado tão óbvio assim. No dia a dia de qualquer negócio há sempre uma relação bastante vasta de imprevistos que surgem e que sequer poderiam ter sido pensados, quanto mais dimensionados, comprometendo assim a sustentabilidade.

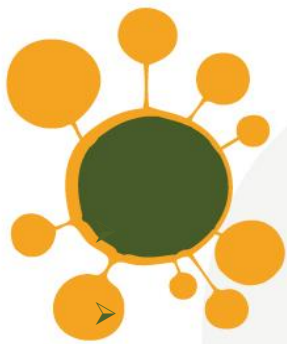
Como fazer então para ter um negócio ou projeto financeiramente sustentável? Para responder essa questão alguns fatores são cruciais, tais como:

- Conhecer e ter clareza sobre o montante de recursos disponíveis e suas fontes;
- Ter conhecimento sobre oportunidades de obtenção de novas fontes de recursos;
- Elaborar um abrangente planejamento (incluindo todas as ações necessárias ao atingimento do que se propõe o projeto);
- Realizar levantamento detalhado dos custos necessários para a execução de cada ação;
- Elaborar um bom orçamento que servirá de parâmetro para o controle da realização dos recursos;
- Desenvolver bons e eficientes controles de gastos. Não ter registro e controle dos gastos dificulta a aplicação de metas de redução em caso de imprevistos;



**EcoSustentare**  
Consultoria e Assessoria Organizacional

(16) 3878-1378 / (16) 8118-9252 / (11) 8271-7207  
ecosustentare@gmail.com



- Ter conhecimento de medidas para otimização de recursos, como por exemplo cotar alguns fornecedores antes de efetuar uma compra ou negociar melhores formas de pagamento com descontos ou ainda substituir recursos por outros com a mesma qualidade e menor custo;
- Definir indicadores de viabilidade que permitam medir os resultados esperados e implementar ajustes necessários;
- Realizar a gestão e o monitoramento constante das ações realizadas e de recursos utilizados de modo que ações mitigantes possam ser tomadas em tempo hábil sem comprometer o resultado esperado.

Todos os fatores acima citados são prioritários para que qualquer negócio, público ou privado, tenha sustentabilidade financeira, no entanto, se for preciso elencar 01 dentre os mais prioritários certamente pode-se elencar planejamento e boas ferramentas de controle e gestão, pois o planejamento dará a visão panorâmica do projeto em números, demandas e desafios e apenas por meio de controle e gestão que medidas e ações podem ser tomadas de modo a rever e ajustar o planejamento de modo a manter a direção dos objetivos propostos, permitindo a geração contínua de benefícios para as organizações envolvidas e garantindo que o produto do projeto gere valor para seu público alvo.



**EcoSustentare**  
Consultoria e Assessoria Organizacional

(16) 3878-1378 / (16) 8118-9252 / (11) 8271-7207  
ecosustentare@gmail.com